



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 3/SES/ASSJUR-JR/2021

PROCESSO Nº 1320.01.0118417/2020-56

JUNTA DE RECURSOS

JURSIM

ASSUNTO: Recurso

AUDITADO: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: São João Nepomuceno

NMAA: Sudeste

SRS: Juiz de Fora

Nº PROCESSO SEI - PRINCIPAL: 1320.01.0009801/2018-93

PROCESSO SEI – JR: 1320.01.0118417/2020-56

ATIVIDADE SISAUD: 567

RECORRENTES:

- Secretaria Municipal de Saúde (Representada pelo Sr. Plínio Furtado - Sec. M. de Saúde)
- Sr. Heldemir Azevedo Alves

RELATÓRIO

Trata-se de Auditoria programada realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Sudeste – SRS Juiz de Fora na Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João Nepomuceno/MG, no período de 22/04/2019 a 26/04/2019, que originou os ofícios SES/AUDSUS nº 299/2020 e SES/AUDSUS nº 300/2020, em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011:

Penalidade de Advertência Escrita em consequência das constatações não conformes:

1 - Constatação nº 572871 - Inexistência do Componente Municipal de Auditoria. Tal circunstância contraria o disposto na Deliberação CIB-

SUS/MG nº 2.768/2018, Anexo I, inciso III; Lei Federal nº 8.689/1993, art. 6º, § 2º e Decreto Federal nº 1.651/1995, art. 1º.

2 - Constatação nº 585542 - Não são realizadas ações de auditoria dos serviços de saúde do município. Em desacordo com o Decreto Federal nº 1.651/1995, art. 2º, art. 3º, inciso III e art. 10 e Manual: Auditorias do SUS - Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, itens 3.9 e 3.12.

3 - Constatação nº 572881 - A Secretaria Municipal de Saúde não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Tal circunstância contraria o proposto na Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. E.

4 - Constatação nº 585554 - O SCRA não utiliza protocolos de regulação de acesso. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., alínea f; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 4º, inciso V e art. 8º, inciso IV.

5 - Constatação nº 572884 - O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das Unidades de Saúde. Em desacordo com o proposto na Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 8º, Inciso VII.

6 - Constatação nº 586109 - A equipe de Regulação, Controle e Avaliação não é capacitada de forma permanente. Tal circunstância contraria a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso V.

7 - Constatação nº 573029 - O SCRA não realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso. Tal circunstância contraria a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 8º, §1º, inciso V.

8 - Constatação nº 574034 - As autorizações de AIH não são realizadas exclusivamente por profissional vinculado ao gestor municipal. Tal circunstância contraria o proposto no Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2015 (Item 4.3) - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, artigos 1º e 2º; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., h e Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768/2018, Anexo I, inciso III.

9 - Constatação nº 585556 - Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC. Em desacordo com o Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0, outubro 2012 (Item 2.5) - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, artigos 1º e 2º; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., alínea h; Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768/2018, Anexo I, inciso III.

10 - Constatação nº 585557 - O Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências. Em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, art. 7º.

- 11 - *Constatação nº 585558 - A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial. Em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., alínea n; Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.768/2018, Anexo I, inciso VI; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, art. 4º, incisos VI, VIII e art. 10, § 3º, inciso XI.*
- 12 - *Constatação nº 585559 - Inexistência de Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar Prestadora de Serviço do município. Em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, art. 32, Caput; § 1º, incisos I a III e § 2º.*
- 13 - *Constatação nº 585560 - Inexistência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde. Em desacordo com a Portaria SAS/MS nº 55/1999, art. 6.º.*
- 14 - *Constatação nº 572670 - O Fundo Municipal de Saúde (FMS) está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na condição de Matriz e com Natureza Jurídica nº 120-1 (Fundo Público). Em desacordo com a Instrução Normativa/SRFB nº 1.863/2018, art. 4º, Incisos I e X e com a Resolução CONCLA nº 01, de 19/11/18, art. 1º e Anexo Único.*
- 15 - *Constatação nº 572681 - Existência de Contratos formalizados inadequadamente, estando ausentes cláusulas e condições exigidas em legislação. Em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, art. 54, parágrafo 1º, art. 55.*
- 16 - *Constatação nº 572874 - Existência de Processos Licitatórios para compra de serviços para o SUS não instruídos devidamente. Em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, art. 38, incisos I, II, III, VI e VII e XII; Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde do Ministério da Saúde 2017, Parte IV, págs. 25 a 36.*
- 17 - *Constatação nº 575038 - Existência de contrato sem o devido Termo Aditivo. Em desacordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, art. 60.*
- 18 - *Constatação nº 572694 - Inexistência de Atos de designação de Equipe de Apoio de Pregões. Em desacordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, art. 3º, inciso IV, Decreto Federal nº 3.555/2000, Anexo I, art. 7º, Inciso II, art. 8º, Inciso II, alínea b.*

PARECER

Os Recorrentes se manifestaram em resposta aos ofícios SES/AUDSUS nº 299/2020 e SES/AUDSUS nº 300/2020, objetivando justificar as constatações não conformes supracitadas, apontadas no Relatório Final de Auditoria. Conhecemos dos recursos pela tempestividade e legitimidade dos recorrentes:

- **Secretaria Municipal de Saúde**, manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*.
- **Sr. Heldemir Azevedo Alves**, manifestação por meio do documento: *Manifestação do Responsável SR. H.A.A. (23873914)*.

1 - Constatação nº 572871 - Inexistência do Componente Municipal de Auditoria.

2 - Constatação nº 585542 - Não são realizadas ações de auditoria dos serviços de saúde do município.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que tão logo a situação financeira do município permitisse, seria criado por decreto municipal o Componente Municipal de Auditoria do SUS, com contratação e capacitação de pessoal conforme estabelecido pela Portaria de Consolidação nº 4/2017, o que ocorreria, segundo a alegação, dentro de um prazo de até 90 dias. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para criação do Componente Municipal de auditoria. Assim sendo constatamos que não foram corrigidas as irregularidades referentes aos itens: 1 (constatação nº 572871) e 2 (constatação nº 585542).

3 - Constatação nº 572881 - A Secretaria Municipal de Saúde não possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que o município adotaria os Protocolos Clínicos para a Atenção Básica do Ministério da Saúde listados no documento “*Manifestação do Auditado*”, e que as Equipes do PSF e da Policlínica Municipal seriam capacitadas para seu uso. Segundo o Auditado, a implantação dos Protocolos se daria dentro de um prazo de até 120 dias. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para correção da irregularidade identificada.

4 - Constatação nº 585554 - O SCRA não utiliza protocolos de regulação de acesso.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que o município adotaria os Protocolos de Regulação do Acesso aos Procedimentos Ambulatoriais, e para tanto seria constituída uma Comissão Multidisciplinar responsável pela elaboração dos mesmos.

Quanto à regulação do Acesso às internações, destacou que seria de competência da Secretaria de Estado de Saúde e do Município de Juiz de Fora, por meio de suas respectivas Centrais de Regulação. Segundo o Auditado, a implantação dos Protocolos se daria dentro de um prazo de 90 dias. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para correção da irregularidade identificada.

5 - Constatação nº 572884 - O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das Unidades de Saúde.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que a SMS instituiria uma Comissão Permanente para planejar, em conjunto com a Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora, um programa de educação permanente na área da saúde do município. Segundo o Auditado, a implantação se daria dentro de um prazo de 30 dias. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para correção da irregularidade identificada.

6 - Constatação nº 586109 - A equipe de Regulação, Controle e Avaliação não é capacitada de forma permanente

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que no processo de reestruturação da SMS e do seu programa de educação permanente seria contemplado o serviço de controle, regulação, avaliação e auditoria. Segundo o Auditado, a implantação se daria dentro de um prazo de 90 dias. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para correção da irregularidade identificada.

7 - Constatação nº 573029 - O SCRA não realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que o município instituiria uma Comissão Multidisciplinar para elaboração dos protocolos de regulação do acesso aos procedimentos ambulatoriais. Segundo o Auditado, a implantação se daria dentro de um prazo de 90 dias. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para correção da irregularidade identificada.

8 - Constatação nº 574034 - As autorizações de AIH não são realizadas exclusivamente por profissional vinculado ao gestor municipal.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que a SMS designou, por Portaria do Gabinete do Prefeito (Portaria nº 60 de 25/06/2020) profissional médico para autorizar as AIHs. Irregularidade corrigida.

9 - Constatação nº 585556 - Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que a SMS designou, por Portaria do Gabinete do Prefeito (Portaria nº 60 de 25/06/2020) profissional médico para autorização de APAC. Irregularidade corrigida.

10 - Constatação nº 585557 - O Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que com o andamento do processo de reestruturação pretendia-se atingir os Procedimentos de Média e Alta Complexidade, o que normatizaria as questões apontadas pela auditoria. Esclareceu que as liberações de AIH's eletivas no Hospital de São João Nepomuceno eram realizadas quando demandadas e as internações nas Referências Intermunicipais eram limitadas pelas demandas das urgências. Correção da irregularidade em andamento.

11 - Constatação nº 585558 - A Secretaria Municipal de Saúde não monitora, fiscaliza e avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado*

PF (21317651), informou que tão logo a situação financeira possibilitasse, seria criado o Componente Municipal do SNA, por decreto municipal. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para correção da irregularidade identificada.

12 - Constatação nº 585559 - Inexistência de Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar Prestadora de Serviço do município.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que a Comissão de Acompanhamento de Contrato foi implementada pela Portaria nº 84 de 8/11/2018, fl. 84. Entretanto, a mesma estava sendo reestruturada com escopo nas suas responsabilidades e atribuições. A correção da irregularidade se encontrava em andamento.

13 - Constatação nº 585560 - Inexistência de Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que na reestruturação da SMS seria implementada a Comissão de TFD, por portaria municipal. Segundo o Auditado, a implantação se daria dentro de um prazo de 60 dias. O Auditado não apresentou comprovação de que medidas estariam sendo adotadas para correção da irregularidade identificada.

14 - Constatação nº 572670 - O Fundo Municipal de Saúde (FMS) está inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na condição de Matriz e com Natureza Jurídica nº 120-1 (Fundo Público).

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, encaminhou o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do Fundo Municipal de Saúde com a correção da natureza jurídica para 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal). Irregularidade corrigida.

15 - Constatação nº 572681 - Existência de Contratos formalizados inadequadamente, estando ausentes cláusulas e condições exigidas em legislação.

Análise:

O Auditado (SMS), em manifestação por meio do documento: *Manifestação do*

Auditado PF (21317651), informou que em relação aos Contratos nº 131/2015, 132/2015 e 156/2015, ainda estavam vigentes e possivelmente houve algum equívoco, pois em tais contratos existia a cláusula citada;

Declarou que em relação aos contratos nº 129/2015, 256/2015, 258/2015, o primeiro continha cláusula de rescisão, enquanto os outros dois realmente não continham, entretanto estes não estariam vigentes.

Sobre o Contrato nº 256/2015, informou que foi substituído pelo Contrato nº 045/2019, contendo a cláusula de rescisão. Sobre o contrato nº 258/2015, declarou que foi substituído pelo contrato nº 054/2019, e que estava sendo providenciado o termo aditivo com inclusão da cláusula de rescisão.

Com relação aos contratos nº 262/2015, 270/2015, 272/2015 e 220/2017 teria havido um equívoco, pois todos possuíam cláusula de rescisão e estavam assinados.

Informou que os contratos nº 188/2016, 218/2017 e 221/2017 continham cláusula de rescisão, porém não estavam mais vigentes.

Por fim, afirmou que todos os contratos seriam feitos dentro das normas legais.

O **Sr. Heldemir Azevedo Alves**, em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Responsável SR. H.A.A. (23873914)*, informou que exerceu as funções de Secretário Municipal de Saúde no período de 2013 a 2016. Destacou que sua responsabilidade se limitava às requisições de compras encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal e que esta era responsável por todo o processo, sendo a formalização dos contratos de responsabilidade da Secretaria de Administração, com anuência do Prefeito.

Quanto à falta de cláusulas de rescisão, destacou que as minutas dos contratos eram elaboradas pela Comissão de Licitação, nos termos do art. 40, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Esclareceu ainda que em relação aos contratos nº 129/2015; 131/2015; 132/2015; 270/2015; 272/2015; 272/2015 e 188/2015, as cláusulas de rescisão estavam previstas na Cláusula sétima dos respectivos contratos. Em relação aos contratos nº 256/2015 e 258/2015 entendia que a rescisão estava implicitamente prevista na cláusula nona, uma vez que constava a previsão de obediência, de forma integral, à Lei Federal nº 8.666/93.

Justificativa acatada.

16 - Constatação nº 572874 - Existência de Processos Licitatórios para compra de serviços para o SUS não instruídos devidamente.

Análise:

O **Auditado** (SMS), em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que de acordo com Parecer Técnico Jurídico do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Minas Gerais, teriam como possibilidade legal a contratação de serviços médicos por meio de Credenciamento. Destacou que o entendimento do TCU seria de que o credenciamento poderia ser feito inclusive para atuação de profissional médico para atuação nas unidades públicas de saúde SUS.

A equipe de Auditores da SES verificou que:

“Em análise dos processos administrativos licitatórios para compra de serviços de saúde para a Secretaria Municipal de Saúde de São João Nepomuceno, constatou-se ausência de numeração e rubrica, comprovante de publicações, pareceres jurídicos, minutas de edital e/ou contrato, atos de adjudicação, homologação, assinaturas dos documentos e em alguns casos, atos de designação da comissão de licitação de exercícios anteriores à licitação, ausência de autorização, de dotação orçamentária e do edital.” (Relatório Final de Auditoria, pg. 25. Doc. SEI: 21317108)

O **Sr. Heldemir Azevedo Alves**, em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Responsável SR. H.A.A. (23873914)*, informou que quanto às assinaturas, encaminhou em anexos, os Contratos assinados.

Em relação à ausência de numeração, rubrica, comprovante de publicações, pareceres jurídicos, minutas de edital e/ou contrato, atos de adjudicação, homologação, assinaturas dos documentos e atos de designação da comissão de licitação de exercícios anteriores à licitação, ausência de dotação orçamentária e do edital, se revelou como falhas formais.

Os Recorrentes não apresentaram documentação probatória apta para o acatamento das justificativas ou correção da constatação. Irregularidade não corrigida.

17 - Constatação nº 575038 - Existência de contrato sem o devido Termo Aditivo.

Análise:

O Auditado em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que não encontrou em seus arquivos o Contrato nº 259/2015 com a ORTOMED - Serviços médicos Ltda. Constatou, porém, que o mesmo foi numerado equivocadamente e que na verdade se referia ao Processo Administrativo nº 206/2015, inexigibilidade 038/2015, Contrato nº 263/2015 com a ORTOMED - Serviços médicos Ltda. Frisou que o termo aditivo, anexo 5 do recurso, fazia menção ao Contrato nº 263/2015, ainda vigente. Justificativa acatada.

18 - Constatação nº 572694 - Inexistência de Atos de designação de Equipe de Apoio de Pregões.

Análise:

O Auditado, em manifestação por meio do documento: *Manifestação do Auditado PF (21317651)*, informou que foi formalizada a Equipe de Apoio conforme Portaria nº 73 de 24/7/2020 (Anexo 6 do recurso). Irregularidade corrigida.

CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos, e foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento, entendemos pelo conhecimento do recurso, dando-lhe provimento para cancelar as penalidades de Advertência Escrita, referentes aos itens: **8 (constatação nº 574034), 9 (constatação nº 585556), 10 (constatação nº 585557), 12 (constatação nº 585559), 14 (constatação nº 572670) , 15 (constatação nº 572681), 17 (constatação nº 575038) e 18 (constatação nº 572694) .**

Quanto às constatações não conforme indicadas nos itens **1 (constatação nº 572871), 2 (constatação nº 585542), 3 (constatação nº 572881), 4 (constatação nº 585554), 5 (constatação nº 572884), 6 (constatação nº 586109), 7 (constatação nº 573029), 11 (constatação nº 585558), 13 (constatação nº 585560), e 16 (constatação nº 572874)**, tendo em vista que as argumentações apresentadas não vieram acompanhadas de suporte probatório apto para afastar as não conformidades identificadas, sugerimos que sejam mantidas as penalidades aplicadas ao **ENTE MUNICIPAL**.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2021.